

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaques: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Tensão segue elevada na Bolívia; indústria pode parar por falta de gás	2
Título: Mudança de regulação não compromete apoio à energia.....	3
Título: GE Celma investe em nova unidade para manutenção de turbinas no RJ	6
Título: Cemig não fará novo aporte de capital na Renova.....	8
Título: Destaques	9
Título: Braskem começa a negociar plano para AL com autoridades	10
Título: Contas públicas superaram expectativas, afirma Guedes	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Rombo nas contas públicas ficará abaixo de R\$ 80 bi, diz Guedes.....	14
Título: Teto de gastos estoura em 2021, prevê órgão do Senado	15
Título: Dólar vai a R\$ 4,205, o maior valor da história	16
Título: Taxar o sol ou subsidiar grupos de interesse?	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Com alta da moeda, Petrobras reajusta gasolina em 2,7%	18
Título: Rombo fiscal de 2019 deve ficar abaixo de R\$ 80 bi, diz Guedes.....	20
VEÍCULO: O Globo	21
Título: Alívio nas contas	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Maia autoriza CPI do óleo	23
Título: Deficit cai, e governo desbloqueia orçamento	25
Título: Teto de gasto pode romper em 2021	26
Título: Reforma em etapas.....	27

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/11/2019****Seção: Internacional****Autor: Marsílea Gombata — De São Paulo****Título: Tensão segue elevada na Bolívia; indústria pode parar por falta de gás**

A crise política aumentou ontem na Bolívia. Em meio a escassez de itens básicos e combustíveis, protestos e bloqueios de estradas, o governo interino de Jeanine Añez ameaça convocar eleição por decreto, enquanto o ex-presidente Evo Morales afirma que uma senadora de seu partido, Movimiento ao Socialismo (MAS), seria a legítima presidente do país.

Em La Paz, carne e leite são itens raros, enquanto verduras e frutas são cada vez mais raras e escassas.

Ontem o governo decidiu implementar plano de emergência para regularizar a oferta de combustível a La Paz, que está desabastecida devido ao bloqueio às vias de acesso à unidade da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) em Senkata, próximo a El Alto. A ideia é importar gasolina e diesel do Peru e Chile, disse o ministro de Hidrocarbonetos, Víctor Hugo Zamora. Empresas manufatureiras em La Paz, Oruro e Cochabamba dizem estar em estado crítico pela falta de gás, o que ameaça interromper a produção.

Em meio ao impasse político, o ministro da Presidência de Añez, Jerjes Justiniano, disse que o governo provisório não descarta convocar eleições por decreto, se não chegar a um acordo com o MAS. O partido de Morales tem maioria de dois terços na Câmara dos Deputados e no Senado, que teriam de aprovar a nomeação de membros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a convocação das eleições.

Essa não seria a primeira vez que se convoca eleição por decreto, diz Clayton Cunha Filho, cientista político e autor do livro “Formação do Estado e Horizonte Plurinacional na Bolívia”. A última vez foi em 2005, no governo provisório do ex-presidente Eduardo Rodríguez.

“Añez até pode convocar por decreto, mas não tem um TSE e legalmente não poderia escolher seus membros por decreto”, diz Cunha. “Se o fizesse, talvez tivesse o mesmo problema de antes da eleição: um TSE composto por pessoas próximas a ela, que geraria desconfiança, talvez maior ainda.”

Do México, onde está asilado, Morales disse à Bloomberg que a senadora de El Alto Mónica Copa, de 32 anos, é quem deveria estar na Presidência. Morales e o MAS argumentam que Copa foi eleita líder pelo Senado na semana passada, o que a torna chefe de Estado.

“Como Añez foi autoproclamada, o argumento de Morales é que o Senado não havia deliberado nada sobre sua posse e quem deveria assumir é Copa”, diz Cunha. “O problema é que o Tribunal Constitucional já deu aval à sucessão, então acho legalmente complicado a mudança. A não ser que haja muita pressão para Añez renunciar.”

Para Roberto Laserna, do Centro de Estudos da Realidade Econômica e Social, a ideia de empossar nova presidente interina não tem “lógica jurídica”. Ele diz que, uma vez que se deu a renúncia de Morales e ausência dos seguintes na linha sucessória, Añez passa a ser titular do cargo, com todas as atribuições.

“Há uma polarização crescente na Bolívia, com a tentativa do MAS de aproveitar vazios constitucionais, organizar o retorno de Morales e promover um presidente interino do MAS”, diz Claudia Navas, da consultoria Control Risks.

Em meio à escalada, ontem, a chanceler Karen Longaric afirmou que facilitará salvocondutos para que 24 políticos do MAS possam ir para o México. Apoiadores de Morales, como membros do MAS e cocaleiros de Chapare, exigem a renúncia de Añez e prometem manter bloqueios nas estradas.

“A tensão aumentou com protestos em Cochabamba, El Alto, La Paz. Mas é de se esperar. Ainda continuaremos vendo variações das tensões entre as partes”, diz Filipe Carvalho, da consultoria Eurasia. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Amanda Schutze

Título: Mudança de regulação não compromete apoio à energia

O Brasil tem um potencial único em relação às fontes alternativas de energia, como solar e eólica. Nossos recursos renováveis são abundantes, diversificados e estão espalhados por todo o país. Para aumentar a participação de fontes renováveis na matriz elétrica e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, é crucial que o país busque opções que sejam mais eficientes e socialmente justas.

Nos últimos anos, por meio de incentivo governamental, essas fontes apresentaram um grande crescimento, trazendo mudanças ao sistema elétrico. Por isso, faz-se necessário atualizar o desenho regulatório. Um dos aspectos que está sendo discutido é a revisão, proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Resolução Normativa 482/2012, que estipula as regras para as unidades consumidoras que geram sua própria energia. A ideia é que o crescimento futuro desse mercado não deve ocorrer às custas dos demais consumidores que não possuem painéis solares ou outra fonte de geração própria.

Estimular as fontes renováveis não requer que consumidores que não têm painéis solares subsidiem quem tem

Para que os consumidores tenham acesso à energia elétrica, existem três custos: geração, transporte e encargos setoriais. O valor cobrado dos consumidores ligados à rede de baixa tensão - residencial e comercial - depende apenas do volume de energia elétrica consumida. O valor total de transporte e encargos do sistema é dividido por cada kWh consumido, ou seja, quanto mais uma unidade consome, maior é sua participação no rateio deste custo. Os encargos setoriais são tanto os custos inerentes ao modelo de operação adotado pelo setor elétrico quanto os custos para subsidiar as políticas públicas do setor.

O aumento no número de clientes com “geração distribuída”, isto é, produzindo energia em sua própria unidade de consumo, diminui o número de unidades que dividem os custos de transporte e encargos setoriais. Um exemplo de geração distribuída é a geração a partir de painéis solares: de dia, a sobra da energia gerada na unidade consumidora é passada para a rede elétrica; à noite, a rede devolve a energia para a unidade. Portanto, a rede elétrica da distribuidora funciona como uma bateria, armazenando o excedente produzido. Pelas regras existentes, apesar de utilizarem a estrutura do sistema elétrico, as unidades com geração distribuída não arcam com os custos da rede elétrica e com os encargos setoriais que acabam sendo pagos pelos demais consumidores.

Este quadro é o que chamamos de subsídio cruzado, em que um grupo de consumidores paga para que outro grupo tenha acesso a um determinado serviço. Os subsídios são justificados, nesse caso, pelos potenciais benefícios que tal modalidade pode proporcionar ao sistema elétrico. Entre eles, destacam-se o baixo impacto ambiental, a redução das perdas no transporte e a diversificação da matriz elétrica.

Como ainda não há um grande número de unidades com geração distribuída no Brasil, esse subsídio cruzado foi de apenas R\$ 205 milhões em 2018, de acordo com a Aneel. Com o rápido avanço deste mercado, entretanto, este subsídio crescerá exponencialmente. Assim, a Aneel tem interagido com a sociedade para definir uma nova regra que faça com que a geração distribuída não transfira custos para os demais consumidores da rede elétrica e continue garantindo o crescimento do mercado de geração distribuída no país. A ideia é que o novo regulamento esteja aprovado dentro do primeiro semestre de 2020.

O debate acerca deste tema tem se intensificado por conta dos diferentes interesses dos agentes envolvidos. Em meio a isso, o Ministério da Economia disponibilizou, em sua página na Internet, uma apresentação que defende a alteração da atual regra, reduzindo o desconto na tarifa para os consumidores que geram sua própria energia. A apresentação mostra também que os encargos setoriais aumentaram 427% entre 2013 e 2018, enquanto a tarifa média total (sem impostos) aumentou 111%. Essa discrepância mostra como os subsídios embutidos na conta de luz aumentaram no período e, portanto, esse tópico também merece atenção e deve ser amplamente discutido.

Dentre os diversos subsídios incluídos na conta de encargos setoriais, os três principais são para os consumidores residenciais de baixa renda, para os consumidores rurais e para os consumidores de fonte incentivada. Esse último é destinado ao grupo de consumidores que opera no mercado livre (indústrias, na maior parte) e contrata energia de fontes incentivadas, como a fonte solar. O seu custo foi de R\$ 3 bilhões em 2018, tendo triplicado entre os anos de 2016 e 2018.

O arcabouço institucional brasileiro permite que o setor de fontes renováveis seja fomentado de diferentes formas, e não apenas por meio do subsídio para as unidades com geração distribuída. Um exemplo é o subsídio destinado aos consumidores de fonte incentivada, citado acima. Além desse, ainda podemos citar outros mecanismos de estímulo, como a isenção do ICMS para as unidades com geração distribuída e a realização de leilões específicos para essas fontes alternativas.

Estimular as fontes renováveis no Brasil não requer que consumidores que não têm como instalar painéis solares nas suas casas subsidiem quem tem recurso para tal. É importante alterar a regra de geração distribuída para que essas unidades consumidoras paguem pelos serviços do sistema elétrico de forma

proporcional ao custo líquido que impõem ao sistema, ou seja, considerando os custos e benefícios gerados.

O Brasil deve continuar com o objetivo de aumentar a participação das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica, como a fonte solar. Mas existem formas de alcançar esse objetivo que são mais justas socialmente e mais eficientes do que outras. A sociedade espera que o governo opte por essas melhores opções de incentivar o uso de energia limpa no país. O governo também tem o dever de levar essa discussão, de forma clara e ampla, para todos os consumidores de energia elétrica, que munidos com essa informação, podem opinar que tipos e quais subsídios estão dispostos a arcar através da conta de luz.

Amanda Schutze é coordenadora de pesquisa em energia do Climate Policy Initiative Brazil (CPI)-PUC-Rio, doutora em economia e professora de economia da PUC-Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Gabriel Vasconcelos — Do Rio

Título: GE Celma investe em nova unidade para manutenção de turbinas no RJ

A cada quatro ou seis anos, empresas aéreas do mundo inteiro encaminham as turbinas de seus aviões para revisão e reparo a um valor médio de US\$ 5 milhões por unidade. Se o motor for GE, é grande a chance de acabar em Petrópolis, na Região Serrana do Rio. É lá que a fabricante americana mantém a GE Celma, a mais competitiva de suas cinco unidades de manutenção espalhadas pelo mundo, superando, inclusive, a do Kansas (EUA). A afirmação é de Julio Talon, presidente da GE Celma. Não à toa, diz, o grupo vai investir R\$ 250 milhões na construção de uma nova oficina de 20 mil m², desta vez no município de Três Rios, no Centro-Sul do Estado do Rio.

Anunciada ontem, a nova estrutura será concluída no fim de 2021 para receber os motores LEAP dos novos Airbus 320 e Boeing 737, alavancando a receita da unidade brasileira que será de aproximadamente US\$ 2,9 bilhões neste ano.

No ano que vem, quando ainda usará a atual capacidade instalada, a empresa planeja revisar somente 40 motores do tipo LEAP. Com a nova estrutura, esse número deve saltar para a casa dos 300 motores ao ano. O preço do serviço aumenta de acordo com o tipo de tecnologia envolvida e a chegada massiva do

LEAP vai escalonar não só o volume do trabalho na GE Celma, como também seu valor agregado, afirma Talon.

“O planejamento para 2022-2024 é aumentar o volume de serviço em 40%, levando o número total de motores revisados e reparados para 700 unidades.” Para o executivo, a aviação está “extremamente aquecida” em todo o mundo com a renovação e aumento de frotas equipadas com motores GE. “De 2013 para cá, crescemos consistentemente [em volume de serviços] a taxas de 6% ou 7% ao ano”, diz ele sobre o período que sucedeu a recuperação da crise de 2008.

A Celma calcula que vai revisar 530 turbinas em 2019, número que deve chegar a 580 motores em 2020. Talon, no entanto, evita projetar a receita do ano que vem em função da variação nos valores dos reparos. Em 2018, a empresa faturou US\$ 2,5 bilhões com a manutenção de 500 turbinas.

Hoje a empresa opera basicamente para a exportação, com cerca de 95% da demanda vinda do exterior. Metade do trabalho é prestado a clientes dos Estados Unidos, entre os quais se destacam as americanas Fedex, Southwest Airlines e United Airlines, além da irlandesa Ryanair. Esse caráter de exportação permitiu à empresa contratar e multiplicar o número de filiais durante os anos de crise da economia brasileira.

De acordo com o prefeito de Três Rios, Josimar Salles, só a nova unidade vai levar ao município entre 300 e 500 novos empregos qualificados, a maior parte mecânicos aeronáuticos formados pela própria Celma. A empresa confirma o número. “Essa expansão da GE Celma vai nos consolidar como cidade vocacionada para aviação. É mais um passo no resgate dos postos de trabalho perdidos nos últimos anos”, afirma o prefeito.

A matriz, em Petrópolis, tem um parque de 60 mil m², onde trabalham mais de 2 mil funcionários. Lá são revisados motores dos Boeings 747, 767, 737 e do Airbus 320 - que predominam nas frotas dos maiores clientes -, além das turbinas dos Embraer 190 e 195 empregados pela Azul e pela americana Jet Blue. Também em Petrópolis uma unidade separada está voltada à revisão do GENX, o motor do Boeing 787 e à montagem de motores novos para os jatos da Embraer e da chinesa Comac, antes realizada exclusivamente nos EUA.

Além dessa filial, a GE Celma mantém um banco de provas - espécie de túnel de vento para testar as turbinas reparadas - no Aeroporto Internacional do Galeão, na capital fluminense, e outro em Três Rios, que foi inaugurado no ano passado, no mesmo local onde, agora, construirá a oficina. Fecha o complexo de manutenção da GE Celma uma unidade inteiramente dedicada à revisão dos motores dos caças da Força Aérea Brasileira (FAB).

Talon conta que a GE Celma tem superado outras oficinas do grupo nos EUA, País de Gales, Escócia e Malásia tanto em tempo de serviço quanto em custos, o que gera contratos mais rentáveis à controladora. “A Celma consegue revisar um motor em um prazo de 15 a 20 dias mais rápido que a oficina americana, mesmo levando em conta o tempo de transporte”, afirma. Ainda segundo o executivo, os preços praticados pela unidade brasileira são, hoje, 40% inferiores ao da unidade do Kansas, a segunda mais competitiva.

Isso acontece, diz, porque a GE Celma está habilitada a realizar quase todos os reparos de peças, cerca de 90% dos procedimentos, enquanto as demais oficinas terceirizam serviços em outras parte do mundo. A diferença na operação obriga as concorrentes a embutirem os custos das contratações nos contratos e as torna reféns dos prazos de entrega das subcontratadas. “A gente ganha o jogo em casa, porque não fica nas mãos de dezenas de fornecedores”, diz Talon, engenheiro que está há 33 anos na empresa que dirige há quase nove anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza e Rodrigo Polito — De Belo Horizonte e Rio

Título: Cemig não fará novo aporte de capital na Renova

A direção da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) defendeu ontem a decisão de manter sua participação na Renova Energia, empresa que entrou em recuperação judicial em outubro. A estatal mineira, que faz parte do bloco de controle da Renova, disse que pesou na decisão uma avaliação jurídica e financeira e afirmou que não planeja fazer aportes para ajudar no plano de recuperação.

“O racional para a Cemig manter a sua participação, não aumentar [sua fatia] nem sair [da Renova Energia] por R\$ 1, tem muito a ver com uma avaliação muito criteriosa, muito detalhada, dos diversos riscos envolvidos, inclusive jurídicos”, disse ontem Daniel Faria, diretor de Participações da Cemig e diretor de Finanças em exercício.

“Quero lembrar que a Cemig também é credora [da Renova]. Então avaliou muito bem todos os aspectos que estavam envolvidos. Foram avaliações jurídicas, de riscos de sucessão e, é claro, teve um componente de avaliação econômico-financeira”, afirmou ele durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre. O plano de recuperação da Renova envolve dívidas R\$ 3,1 bilhões.

A Light negociou em outubro sua participação na companhia - 21,72% das ações ordinárias e 17,17% do capital total - pelo valor simbólico de R\$ 1. A Light vendeu sua fatia para os fundadores da Renova, Renato do Amaral e Ricardo Dalneri. Como parte do bloco de controle, a Cemig poderia ter exercido seu poder de compra e ficado com a fatia da Light ou ter seguido o mesmo caminho e também vendido sua parte.

O **Valor** informou, na semana passada, que a empresa mineira tinha optado não comprar a fatia que pertencia a Light. O prazo para isso venceu na semana passada. “A companhia [Renova] foi levada à recuperação por conta de situação de caixa muito difícil”, disse Faria.

“Há um compromisso dos sócios, perante o pedido de recuperação, de dar apoio para a necessidade mínima de sobrevivência e manutenção das atividades. Sem que isso necessariamente represente aportes diretos”, acrescentou o diretor.

“Não esperamos, não há nenhuma decisão nesse sentido de aportes por parte da companhia [Cemig], mas sim uma estruturação de um plano que resolva a Renova em si mesma, com funding externo, com condições razoáveis de mercado e que, dentro do contexto de recuperação, viabilize a execução de um plano de recuperação judicial”, disse Faria.

A Cemig registrou resultado ruim no terceiro trimestre: prejuízo líquido de R\$ 281,9 milhões, ante lucro de R\$ 244,5 milhões obtido no mesmo período de 2018.

“Tivemos uma situação específica, que não é recorrente, que foi uma provisão para a contribuição previdenciária sobre a participação nos lucros e resultados de anos passados e que teve um julgamento agora em segunda instância”, afirmou Faria.

Segundo o diretor, a empresa decidiu fazer o provisionamento relacionado a essa decisão, o que acabou prejudicando o resultado no trimestre. “Mas o resultado do ano continua bastante robusto”, disse. No acumulado entre janeiro e setembro a empresa tem lucro acumulado de R\$ 2,6 bilhões. O valor representa aumento de 276% em relação a janeiro e setembro do ano passado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Usina de Belo Monte

A Aneel vai autorizar hoje a operação comercial da 18ª turbina da Casa de Força Principal da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA). A usina ser tornará a maior geradora de energia 100% nacional, passando operar com toda sua potência instalada - 11,2 mil megawatts (MW).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem começa a negociar plano para AL com autoridades

Depois de apresentar à Agência Nacional de Mineração (ANM) o plano de fechamento definitivo dos poços usados para extração de sal-gema em Maceió (AL), a Braskem inicia agora as discussões da proposta com as autoridades, e as conversas tendem a ser duras. Enquanto o poder público estima em bilhões de reais os danos causados pelo afundamento do solo na capital alagoana e em dezenas de milhares o número de pessoas atingidas, a petroquímica propôs inicialmente a desocupação de cerca de 400 imóveis e realocação de 1,5 mil pessoas que vivem em determinadas áreas dos bairros Pinheiro, Bebedouro e Mutange.

As ações judiciais propostas contra a Braskem por causa dos problemas em Maceió, que foram associados pelo Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) à mineração de sal-gema, dão ainda outra dimensão ao problema: são R\$ 39,5 bilhões em pedidos de indenização e reparação. Nenhum valor foi provisionado, já que as chances de perda são classificadas como possíveis, e não prováveis. A partir das discussões será possível calcular com mais precisão o custo de uma solução definitiva, segundo o presidente Fernando Musa.

“A Braskem vai disponibilizar os recursos necessários e o planejamento e execução serão feitos em conjunto com a Defesa Civil e outras autoridades”, disse ontem, em teleconferência sobre os resultados financeiros do terceiro trimestre. Na quinta-feira, antes de divulgar o balanço trimestral, a petroquímica informou que propôs à ANM o fechamento dos 35 poços de extração de sal que operava em Maceió e a criação de áreas de resguardo em torno de 15 desses poços, cujas cavidades subterrâneas sofreram alguma alteração.

A companhia já havia assinado, em abril, um termo de cooperação para adoção de medidas emergenciais de apoio à comunidade. Mas o plano recém-apresentado corresponde à medida mais efetiva adotada até agora para

contornar o problema na capital alagoana, que se agravou após um abalo sísmico em março do ano passado.

Conforme Musa, a petroquímica está trabalhando neste momento no detalhamento do plano de ação, que levou em consideração os resultados de estudos independentes e ensaios de sonar, que terão coberto os 35 poços até dezembro. “A estimativa de cerca de 400 imóveis é preliminar e pode sofrer algum ajuste para cima ou para baixo. Isso vai depender do detalhamento do plano”, observou.

Os estudos contratados pela Braskem apontaram falhas na metodologia empregada pela CPRM, indicando que não é possível concluir que a extração de sal-gema está na origem dos problemas em Maceió - o serviço geológico nacional defende o método aplicado. Ainda assim, a companhia recomendou o fechamento dos poços e já fez uma baixa de ativos de R\$ 100 milhões no negócio de vinílicos (o sal-gema é usado na cadeia de produção do PVC) e de R\$ 3 milhões referentes à mineração.

“Não faremos uma baixa adicional porque o plano é retomar a operação nas fábricas [de cloro-soda e dicloroetano] em Maceió”, disse Musa. A Braskem planeja retomar as operações nas fábricas, suspensas desde maio, no primeiro semestre de 2020, usando sal proveniente do Rio Grande do Norte. Em paralelo, tem pesquisado outras áreas na própria reserva de Alagoas, que não sejam habitadas, para exploração futura. A companhia tem recorrido à importação para garantir o suprimento do dicloroetano (EDC) que é usado nas fábricas de PVC e da soda cáustica que é vendida a seus clientes.

Com as 140 mil toneladas de EDC importado, a taxa de ocupação das unidades de PVC de Alagoas e da Bahia subiu 9 pontos percentuais no terceiro trimestre, para 57%. Ainda assim, a petroquímica deixou de exportar esse tipo de resina para conseguir atender à demanda doméstica no período.

A questão em Alagoas não foi a única a pesar no desempenho da empresa no terceiro trimestre. No período, teve receita líquida consolidada de R\$ 13,37 bilhões, 18% a menos na comparação anual. O resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 57%, para R\$ 1,55 bilhão, e o prejuízo líquido chegou a R\$ 888 milhões, influenciado pela piora operacional e pelo impacto da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira não coberta pela contabilidade de hedge.

A empresa, que iniciou 2019 com previsão de expansão da demanda de resinas termoplásticas no mercado interno entre 4% e 4,5%, reviu novamente a expectativa e projeta, agora, alta de 2%. Em agosto, a petroquímica trabalhava com previsão de alta anual de 3% a 3,5%. “A operação no Brasil segue

enfrentando o desafio do ciclo de baixa da indústria petroquímica e da desaceleração da economia mundial”, disse Musa. Para 2020, a expectativa é de taxa de crescimento “mais saudável”, como consequência direta da retomada mais forte da economia brasileira, que terá reflexos na demanda por resinas. De janeiro a setembro deste ano, a expansão do consumo doméstico de resinas foi de apenas 1%. “Já começamos a sentir alguns sinais de que 2020 será melhor em algumas cadeias”, comentou.

Globalmente, seguiu Musa, não há sinais claros de recuperação do ciclo petroquímico em 2020. Novas fábricas de polietileno na China e a expectativa de menor crescimento da economia mundial seguem pressionando as margens da resina, enquanto em polipropileno a projeção é mais otimista já que o único novo projeto a entrar em operação é o da própria Braskem, nos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/11/2019

Seção: Brasil

Autor: Lu Aiko Otta, Edna Simão, Fabio Murakawa e Matheus Schuch — De Brasília

Título: Contas públicas superaram expectativas, afirma Guedes

O governo comemorou ontem o fato de 2019 ter sido um ano melhor do que o esperado do ponto de vista das contas públicas, o que possibilitou a liberação de R\$ 14 bilhões para os ministérios, zerando os bloqueios feitos ao longo do ano para assegurar o cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões. “Foi um ano bastante acima das expectativas”, afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes. O saldo ao final do ano deve ser um déficit pouco abaixo dos R\$ 80 bilhões.

Na próxima semana, o governo enviará uma mensagem ao Congresso Nacional para modificar sua proposta de Orçamento de 2020, informou o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, sentado ao lado de Guedes. Com isso, deverá incorporar novos recursos, que ainda estão sendo calculados.

Assim ocorreu como neste ano, Onyx acredita que o petróleo abre boas perspectivas para as contas de 2020. Disse que o governo fará um novo leilão daqui a “sete ou oito meses” das duas áreas do pré-sal que não atraíram interessados.

A meta de déficit primário para 2022 deve ser mantida em R\$ 124 bilhões, mesmo com a perspectiva de que o número de dezenas de bilhões melhor. “Crescimento acima de 2% no ano que vem é algo real. Não é algo imaginário”,

afirmou. A equipe econômica projeta uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,32% em 2020.

Os R\$ 69,960 bilhões arrecadados no leilão de excedentes da cessão onerosa foram o principal ingrediente para a melhora do resultado de 2019. Com esses recursos, a União pagará cerca de R\$ 34,6 bilhões à Petrobras e, do restante, distribuirá 33% a Estados e municípios. A parcela a ser entregue será de R\$ 11,7 bilhões, R\$ 6 bilhões acima do anteriormente projetado.

O dinheiro ainda permitiu “zerar” o estoque de recursos do Orçamento de 2019 que ficaram contingenciados. O bloqueio, que chegou a R\$ 34 bilhões no terceiro bimestre deste ano, estava em R\$ 14 bilhões. “O governo agiu com absoluta austeridade. Razão de chegar no fim do ano e fazer anúncio do completo descontingenciamento”, afirmou Onyx. “É a vitória de um governo que foi, primeiro, cauteloso e, depois, rígido do ponto de vista da execução orçamentária.”

Mesmo com a liberação de recursos, o governo tem uma reserva de R\$ 18,125 bilhões para fazer frente a projetos de lei (PLNs) em tramitação no Congresso Nacional, que implicam abertura de crédito. Por exemplo, o adicional da cessão onerosa de R\$ 5,7 bilhões que serão repassados a Estados e municípios. A avaliação é de que esse recurso não será integralmente utilizado e deverá haver uma sobra de R\$ 5 bilhões, o que ajudará na entrega de um resultado primário melhor do que a meta.

Guedes comentou ainda que, apesar das pressões, o governo não abriu mão do teto de gastos. O entendimento é que o descontrole das despesas está na raiz da estagnação econômica e na queda nas receitas e até mesmo facilitou a corrupção.

Segundo ele, o ano de 2019 foi difícil porque a receita veio abaixo do esperado, reflexo do baixo crescimento econômico.

O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, destacou que o aumento da receitas não ocorreu por ampliação da carga tributária. “Há zero possibilidade de aumento da carga tributária, o que é uma diretriz do governo Bolsonaro”, destacou.

Ele afirmou a política fiscal praticada no governo do presidente Jair Bolsonaro é tratada “com transparência, cautela e zelo”. De acordo com Waldery, uma das diretrizes desse governo é o realismo fiscal. “Seguimos a diretriz de apresentar números realistas e não de ficção”, afirmou o secretário, acrescentando que o conservadorismo e a transparência dos dados apresentados trazem a economia para o rumo correto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/11/2019****Seção: Economia****Autor: Eduardo Rodrigues Fabrício de Castro / BRASÍLIA****Título: Rombo nas contas públicas ficará abaixo de R\$ 80 bi, diz Guedes**

Meta do governo admitia resultado negativo de até R\$ 139 bi; segundo ministro, 'sucesso' do megaleilão teria ajudado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo deve encerrar 2019 com um rombo nas contas públicas inferior a R\$ 80 bilhões, ante uma meta que admitia resultado negativo de até R\$ 139 bilhões neste ano. “No primeiro ano do governo Bolsonaro, conseguimos resultado de déficit um pouco abaixo de R\$ 80 bilhões. Ou seja, não foi um ano fácil, mas já estamos lançando raízes de bons resultados para 2020 também. Nosso governo queria reverter a trajetória de expansão descontrolada dos gastos públicos. Isso era uma questão de princípio”, afirmou o ministro. Megaleilão.

Guedes voltou a dizer que o “sucesso” do leilão dos recursos do pré-sal também ajudou a fazer um resultado fiscal melhor, além de permitir um maior repasse de recursos para Estados e municípios. “O ano de 2019 foi interessante, porque conseguimos muita colaboração com Congresso nas reformas econômicas. Também houve muita colaboração do Judiciário”, completou. O governo publicou no dia 12 um Relatório Extemporâneo de Receitas e Despesas prevendo a possibilidade de ampliação do limite de empenho no Orçamento neste ano em R\$ 16,768 bilhões. De acordo com o Ministério da Economia, serão descontingenciados todos os recursos que estão bloqueados, que somam R\$ 14 bilhões. O relatório extemporâneo foi publicado após a realização do leilão e a avaliação foi necessária para abrir espaço no Orçamento para a transferência dos recursos do leilão para Estados e municípios.

“Acabamos revertendo a perspectiva de contingenciamento, o que parecia bastante difícil no começo do ano. Esse foi um ano difícil porque o Orçamento que herdamos trazia a perspectiva de crescimento acima de 2%”, afirmou, em apresentação no Palácio do Planalto. Guedes alegou ainda que a queda da expectativa de crescimento da economia neste ano – e consequentemente, das receitas – não foi culpa do governo. “Com o descontingenciamento, vamos encerrar o ano dentro do previsto para os gastos de todos os ministérios”, completou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/11/2019****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / BRASÍLIA****Título: Teto de gastos estoura em 2021, prevê órgão do Senado**

IFI diz que política fiscal teve ‘respiro’ com receitas dos leilões, mas não pode ser feita só ‘em cima da sorte’

O ingresso das receitas dos leilões de petróleo deram um “respiro” para as contas públicas em 2019, mas a situação fiscal do País continua numa trajetória insustentável com o avanço das despesas obrigatórias, alertou ontem a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal no mais recente relatório de acompanhamento fiscal. A IFI manifestou preocupação com a trajetória fiscal do País sem a aprovação das reformas fiscais, enviadas ao Congresso, mas adverte que as três Propostas de Emenda à Constituição (PEC) precisam de correções. A PEC emergencial cria mecanismos de controle de despesas públicas para União, Estados e municípios, como a redução da jornada e do salário de servidores. A expectativa é que, com as medidas, a União consiga abrir um espaço de R\$ 50 bilhões, que poderiam ser direcionados para outras áreas, como investimentos.

O texto faz parte do pacote que foi entregue pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso. Também prevê a PEC do pacto federativo, que transfere R\$ 400 bilhões em recursos de exploração de petróleo e dá mais autonomia financeira para Estados e municípios. E a PEC dos fundos setoriais, que extingue a maior parte dos 281 fundos públicos e permite o uso de R\$ 220 bilhões de recursos para abatimento da dívida pública. Para o diretor executivo da IFI, Felipe Salto, não faz sentido atrelar o acionamento de medidas de ajuste de longo prazo ao descumprimento da chamada regra de ouro, que na sua avaliação, foi mal desenhado e não mostrou eficiente para garantir a saúde das contas públicas.

Prevista na Constituição, a regra de ouro impede o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como gasto de pessoal. Teto de gastos. Para o diretor da IFI, Josué Pellegrini, responsável pelas análises fiscais, a política fiscal não pode ser feita “em cima da sorte” com base em receitas extraordinárias, como as obtidas com os leilões de petróleo. Segundo ele, para 2020 a tendência é o risco de paralisação da administração pública continuar no radar. A IFI projeta para 2021 o descumprimento do teto de gastos, regra que impede o crescimento das despesas acima da inflação. A previsão anterior era em 2022.

O órgão revisou para R\$ 95,8 bilhões o déficit primário estimado do governo central para este ano, antes calculado em R\$ 139 bilhões. Com a revisão, a

projeção do déficit primário do setor público consolidado, que inclui Estados e municípios, também caiu, de R\$ 132 bilhões para R\$ 86,3 bilhões em 2019. Segundo Salto, questões como juros baixos, devoluções do BNDES e receitas extraordinárias “melhoraram as projeções da dívida”. Salto ressaltou que “é importante encaminhar soluções para o quadro fiscal antes do avanço de medidas de longo prazo”. No cenário-base projetado pela IFI, o pico da dívida será de 80,7% do PIB em 2024. Já um cenário pessimista contempla dívida crescente até 96,4% do PIB em 2030.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/11/2019

Seção: Economia

Autor: Denise Abarca Barbara Nascimento

Título: Dólar vai a R\$ 4,205, o maior valor da história

Cotação nominal é a mais elevada depois da criação do Real em 94; moeda dos EUA sobe desde a frustração com leilão do pré-sal

Após ter começado o dia em queda, o dólar gradualmente escalou sobre o real até fechar ontem no maior valor nominal (sem contar a inflação) da história do Plano Real, em R\$ 4,2055, uma alta de 0,29%. A alta ocorre na esteira de uma procura sazonal por dólares no fim do ano, o que pressiona o câmbio. Além disso, com as tensões na América Latina e sem um noticiário doméstico que ajudasse o real, a moeda americana acabou avançando ao patamar histórico. A sessão desta segunda-feira foi negativa para moedas emergentes conforme pesaram dúvidas sobre a situação da guerra comercial entre Estados Unidos e China. No Brasil, a força do dólar seguiu amparada pela falta de expectativa de considerável ingresso de capital no curto prazo, depois da frustração com a participação estrangeira no megaleilão de petróleo no início do mês.

Além disso, há baixa disposição no mercado de tomar qualquer risco em uma semana encurtada, em razão do feriado da Consciência Negra, amanhã. Com isso, a cotação deixou para trás o recorde anterior nominal para um fechamento – R\$ 4,1957 registrado há mais de um ano, no dia 13 de setembro de 2018. Geralmente, o espaço para queda do dólar ante o real no fim do ano já é sazonalmente limitado. Isso porque há um aumento da procura pela moeda americana internamente, por parte de empresas e fundos que enviam remessas ao exterior. Segundo operadores, os investidores testam o Banco Central para atuar aumentando a liquidez do mercado. A atuação do BC nessa época não é atípica. Ontem, no pico do dia, a moeda chegou a tocar os R\$ 4,2090, mais de R\$ 0,03 acima da mínima, atingida pela manhã, R\$ 4,1702.

Ibovespa. Após ter operado em terreno positivo, chegando a 107.519,18 pontos na máxima da sessão, o Ibovespa fechou em baixa moderada, de 0,27%, a 106.269,25 pontos. Pela manhã, predominou o ajuste positivo ao desempenho das ADRs de empresas brasileiras em Nova York na sexta-feira, quando não houve negócios por aqui, no feriado da Proclamação da República. O avanço reverteu à tarde, em dia no qual Wall Street ficou bem perto da estabilidade, ante a falta de avanço nas negociações comerciais entre Estados Unidos e China.

‘Quer o telefone do BC?’

Jair Bolsonaro rebateu: “Quer o telefone do Roberto Campos (presidente do BC)?”, ao ser questionado ontem sobre o dólar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/11/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Eduardo M. Monteiro

Título: Taxar o sol ou subsidiar grupos de interesse?

A guerrilha de comunicação movida por interessados na manutenção dos benefícios tarifários para a geração distribuída de eletricidade tem adotado métodos pouco ortodoxos, como caravanas de ônibus para Brasília e bullying contra técnicos respeitados. Conseguiram, nestes movimentos agressivos, colher até uma infeliz frase do presidente da República, que disse que seria um deboche “taxar o sol”. Toda a campanha é voltada contra a iniciativa da Aneel, agência reguladora do setor elétrico, que busca a diminuição parcial e gradual dos subsídios tarifários que beneficiam a chamada “geração distribuída”, aquela energia gerada pelos próprios usuários e cuja fonte é hoje predominantemente solar fotovoltaica. O regulador, preocupado com o peso dos subsídios na conta de luz, abriu em 17 de outubro a Consulta Pública (CP) 25/2019, a ser encerrada em 30 de novembro.

O objetivo desta consulta pública é rever uma regra da Resolução Normativa (REN) 482 da Aneel, em vigor desde 2012, que permite que a energia gerada por unidades de geração distribuída, mas não consumida, seja devolvida para a rede elétrica sem pagar pelo uso da rede. A Aneel propôs que essa regra, que tem o efeito de um subsídio em benefício da geração distribuída, tenha uma transição suave: ela será mantida até 2030 para unidades já instaladas, e novas unidades terão um subsídio menor, que será encerrado quando a potência instalada adicional atingir certo patamar. A proposta da Aneel é diminuir um subsídio cruzado que transfere renda de todos os consumidores para o segmento de investidores que instalam geração distribuída.

Como a manutenção das redes das 63 distribuidoras nacionais é custeada por meio da tarifa de eletricidade na forma de um rateio entre todos os consumidores, a diferença não paga pelos consumidores com geração distribuída é coberta cobrando-se mais dos consumidores sem geração distribuída. Segundo estudo do Ministério da Economia, se este subsídio for mantido, ele totalizará R\$ 56 bilhões entre 2020 e 2035, ou R\$ 34 bilhões em valores atuais, o suficiente para “construir 9 mil creches”. A campanha “em defesa da geração distribuída solar fotovoltaica” é baseada em três pilares:

- 1) nunca mencionar que se trata de um subsídio que beneficia alguns, mas prejudica os demais consumidores;
- 2) vitimizar uma fonte de energia e criar falsos inimigos, a começar pelas distribuidoras; e
- 3) buscar aliados políticos que acham que estão ajudando uma fonte de energia, mas estão sendo induzidos ao erro e encarecendo a conta de luz de seus eleitores mais pobres. Por um lado, a complexidade do tema torna difícil para o cidadão comum – e até para nossos parlamentares em Brasília – formarem sua opinião. Afinal, a Nota Técnica da Aneel que embasa a CP 25/2019 tem 64 páginas, que incluem a minuciosa análise de 272 contribuições enviadas por dezenas de agentes.

Por outro lado, a decisão técnica a ser tomada pelo regulador é bem simples: por mais quanto tempo, e com qual intensidade, o cidadão comum continuará a pagar uma tarifa mais cara para manter os benefícios de um segmento? A geração distribuída, seja ela solar ou de outra fonte, está indo muito bem e, parafraseando a frase de efeito do segmento, “pode crescer à vontade”. Só não vale passar a conta para a sociedade. É por isso que chegou a hora de esta modalidade caminhar com as próprias pernas, sem que os consumidores que não têm recursos para investir em geração distribuída tenham de subsidiar os investidores que querem manter seus benefícios por mais tempo.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com alta da moeda, Petrobras reajusta gasolina em 2,7%

Após 53 dias sem reajustes, a Petrobras comunicou a seus clientes nesta segunda (18) alta de R\$ 0,05 no preço da gasolina, um aumento médio de 2,7% que passa a vigorar nesta terça (19).

O preço do diesel também será elevado, em R\$ 0,026 por litro, segundo fontes. É um aumento médio de 1,2%, duas semanas após o último ajuste, quando houve corte de 3%.

Os reajustes acompanham evolução do preço do petróleo e a escalada do dólar. A empresa ainda não publicou os novos valores em seu site.

Para as importadoras de combustíveis, porém, a alta da gasolina ainda não elimina a defasagem com relação às cotações internacionais acumulada no período sem ajustes.

Em relatório de sexta (15), o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) calculou em R\$ 0,10 por litro a defasagem média em relação à cotação do Golfo do México, nos EUA.

O último reajuste da gasolina vendida pela Petrobras foi em 27 de setembro, com aumento de 2,5%. Na semana anterior, as cotações do petróleo haviam disparado após ataques à maior refinaria da Arábia Saudita, que retirou do mercado 5% da produção global.

Naquele dia, o dólar fechou em R\$ 4,156. O petróleo Brent, referência internacional negociada em Londres, fechou a US\$ 61,88 (R\$ 257,2, pela cotação da época) por barril.

Nesta segunda (18), o Brent fechou a US\$ 63,30 (R\$ 266,20 pela cotação atual) por barril.

A Abicom (Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis) vê defasagem entre R\$ 0,09 e R\$ 0,19 por litro, dependendo do ponto de entrega.

A última vez que gasolina ficou tanto tempo sem ajustes foi de fevereiro e abril de 2017. Ao todo, foram 55 dias. Na época, o litro era vendido pela estatal a R\$ 1,5901, em valores corrigidos pelo IPCA.

Até esta segunda, o combustível saía das refinarias da estatal, em média, a R\$ 1,8054 por litro, de acordo com o CBIE — a Petrobras não publica mais o valor médio. Com o reajuste, passará a R\$ 1,8554.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/11/2019****Seção: Mercado****Autor: Bernardo Caram, Talita Fernandes e Thiago Resende****Título: Rombo fiscal de 2019 deve ficar abaixo de R\$ 80 bi, diz Guedes**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda-feira (18) que o déficit fiscal de 2019 deve ficar abaixo de R\$ 80 bilhões. Se confirmado, o rombo será muito menor do que a meta estipulada para este ano, de déficit de R\$ 139 bilhões.

A melhora no resultado será possível em razão de arrecadações extraordinárias, como as receitas de leilões de petróleo, e também da dificuldade dos ministérios em gastar os recursos inicialmente previstos no Orçamento.

“Estimamos que o déficit possa ficar uma pouco abaixo de R\$ 80 bilhões”, disse o ministro em apresentação à imprensa no Palácio do Planalto. “Foi um ano difícil, mas fizemos um resultado bom e estamos lançando raízes de bom resultado para o ano que vem.”

O ministro disse que o fraco desempenho da economia obrigou o governo a refazer estimativas e bloquear recursos de ministérios. Agora, todas as verbas foram liberadas.

Antes de assumir o comando do Ministério da Economia, durante o governo de transição, Guedes chegou a afirmar que zeraria o déficit fiscal no primeiro ano de gestão de Jair Bolsonaro.

Nesta segunda, o ministro disse que o governo federal prefere ter um rombo um pouco maior e dividir recursos com estados e municípios.

Apesar da afirmação, mesmo se o governo optasse por não dividir receitas de petróleo com os governos regionais, a promessa de zerar o déficit não seria cumprida. Como resultado do megaleilão do pré-sal, a equipe econômica estima que serão repassados R\$ 11,7 bilhões para os entes.

Na próxima semana, o governo deve enviar ao Congresso uma mensagem para modificar o Orçamento do ano que vem e ampliar o espaço para despesas. A meta fiscal para 2020, entretanto, será mantida em R\$ 124,1 bilhões de déficit.

De acordo com o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, a expectativa é que o resultado fiscal do ano que vem também fique melhor do que a meta.

“Teremos reação da receita, pelo desempenho da economia, antecipação de dividendos e receita de outorgas e concessões”, disse.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ressaltou que o governo fará uma série de concessões no ano que vem, o que deve ampliar as receitas do governo. No plano, está uma nova tentativa de ofertar áreas do pré-sal que não receberam lances no leilão realizado neste ano.

“A expectativa é voltarmos ao leilão das duas áreas que não foram adquiridas, que estão em aberto, e outras áreas serão leiloadas ao longo de 2020.”

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/11/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA E MARCELLO CORRÊA

Título: Alívio nas contas

Governo prevê rombo inferior a R\$ 80 bi neste ano graças a receita de leilões

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou ontem que o governo fechará 2019 com um rombo no Orçamento inferior a R\$ 80 bilhões. O número representa uma diferença de cerca de R\$ 60 bilhões em relação ao previsto, como antecipou O GLOBO, graças a receitas extraordinárias, como o mega-leilão do pré-sal. Para 2020, porém, não há garantia de que esse cenário se repita. Por isso, foi mantida a previsão oficial de um rombo de R\$ 124,1 bilhões, resultado pior do que o anunciado para este ano.

— Do nosso ponto de vista, do Ministério da Economia, no primeiro ano do governo Bolsonaro, conseguimos um déficit que pode ficar um pouco abaixo de R\$ 80 bilhões — disse Guedes.

Para conseguir chegar ao resultado melhor em 2019, o governo contou principalmente com a arrecadação extra dos leilões de petróleo. Apenas com o megaleilão do excedente da cessão onerosa, a União teve uma receita líquida de R\$ 23,6 bilhões — já descontadas as transferências para Petrobras, estados e municípios.

VALORES NÃO FORAM GASTOS

Também aliviou a conta uma receita melhor com Imposto de Renda e com antecipação de dividendos de estatais. Do lado da despesa, o governo gastará menos que o autorizado por conta de um fenômeno chamado de empoçamento. Isso ocorre devido ao excesso de vinculações de despesas e à

evolução mais lenta de projetos. Com isso, os valores são autorizados, mas acabam não sendo gastos.

— Nós estamos com um pouco mais da metade do número que foi estimado, o que mostra que foi um ano difícil. Nosso governo queria reverter a trajetória de expansão descontrolada dos gastos públicos. Isso era uma questão de princípio — acrescentou o ministro.

Guedes prometeu, durante a campanha eleitoral do então candidato Jair Bolsonaro, no ano passado, zerar o déficit público no primeiro ano de governo.

Mesmo negativo, o número de 2019 será o melhor resultado das contas públicas desde 2014, quando o rombo registrado foi de pouco mais de R\$ 20 bilhões. Esse valor abriu uma sequência de déficits no Orçamento federal, que só deve entrar no azul a partir de 2023, pelas contas do governo.

O Ministério da Economia e a Casa Civil da Presidência da República convocaram a imprensa ontem para confirmar que todo o Orçamento de 2019 está desbloqueado. O contingenciamento chegou a R\$ 34 bilhões ao longo do ano, ameaçando uma série de serviços públicos. Ainda havia R\$ 14 bilhões bloqueados. Na semana passada, um relatório da Economia já previa a liberação de tudo que estava contingenciado.

— O Orçamento que nós estamos executando este ano é um Orçamento que nós herdamos, como disse o ministro Guedes, de uma projeção, expectativa, absolutamente irreal de crescimento — disse o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

Apesar da declaração, boa parte da equipe que elaborou o Orçamento no ano passado para 2019 foi mantida no governo. Além disso, a estimativa de 2,5% de crescimento do PIB calculada pelo governo era a mesma do mercado até o começo do ano, que também cortou gradualmente suas previsões diante de uma atividade menos acelerada do que a imaginada originalmente.

Guedes comemorou não ter alterado a regra do teto de gastos — que limita o aumento das despesas da União à inflação do ano anterior —, apesar da pressão de integrantes do próprio governo. No auge do contingenciamento, integrantes da ala política do governo pediram mudanças na regra, para liberar mais dinheiro para os ministérios.

— Quando não abrimos mão do teto de gastos, houve muita pressão. Queríamos mostrar que esse governo ia reverter essa trajetória de expansão de gastos públicos — afirmou.

DESAFIO A MÉDIO PRAZO

Mesmo diante dos números melhores, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que o governo não vai propor uma nova meta de rombo para 2020. Ainda assim, afirmou acreditar que o déficit do próximo ano será menor que o limite de R\$ 124,1 bilhões:

— Já sabemos que o número efetivo será muito provavelmente menor, porque teremos antecipação de receitas, com dividendos, além de outras receitas com outorgas.

Para a Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado, porém, o governo fechará este ano com déficit de R\$ 95,8 bilhões. Apesar do resultado melhor que o esperado em 2019, os desafios no médio e longo prazos são grandes. De acordo com a IFI, o Brasil já corre risco de estourar o teto de gastos em 2021 e só voltará a ficar no azul em 2026.

De acordo com a IFI, o espaço para despesas não-obrigatórias em 2021 será de apenas R\$ 69,9 bilhões, abaixo do mínimo necessário para manter a máquina pública funcionando, estimado em R\$ 80,2 bilhões. Esse quadro geraria o chamado estado de shutdown, quando há paralisação de serviços públicos essenciais, e eleva o risco de descumprimento do teto de gastos.

— A gente precisa ter cuidado ao analisar essa surpresa positiva no resultado de 2019, porque não necessariamente isso vai persistir nos próximos anos — destacou Felipe Salto, diretor executivo da IFI. (Colaboraram Gabriel Shinohara e Jussara Soares)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/11/2019

Seção: Política

Autor: Jorge Vasconcellos

Título: Maia autoriza CPI do óleo

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), autorizou ontem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a origem das manchas de óleo que se espalharam pelo litoral do Nordeste. A comissão também vai apurar se houve omissão de autoridades. O ato de Maia atende a requerimento do deputado João H. Campos (PSB-PE), que obteve o apoio de outros 267 deputados, superando o número mínimo de assinaturas exigido, de 171.

Para Campos, é importante que a Câmara coordene os esforços para responder a perguntas que ainda estão em aberto sobre o maior desastre ambiental, em

extensão, da história do país. O número de praias, rios, ilhas e mangues atingidos pelo óleo chegou a 643, segundo balanço divulgado no domingo pelo Ibama. Pelo menos 116 municípios de todos os nove estados do Nordeste, além do Espírito Santo, foram afetados por fragmentos ou manchas de petróleo cru desde 30 de agosto, e há alertas sobre a possível chegada do óleo ao Rio de Janeiro e ao litoral de São Paulo.

“Uma situação drástica como essa requer ação rápida, eficaz, eficiente e efetiva por parte do Estado”, disse Campos ao Correio. Para ele, “a resposta do governo foi tardia” diante do avanço das manchas. “Não se pode, 75 dias depois, não saber o que realmente aconteceu. Não se pode trabalhar com suposição, mas com evidência. É preciso acabar com o caráter especulativo dessa apuração, ele tem que ser conclusivo”, disse, referindo-se também a dúvidas sobre o navio responsável pelo vazamento. “A resposta do governo federal não foi contundente como deveria ter sido”, concluiu o parlamentar que criticou, ainda, o fato de o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ter acusado, sem provas, o grupo ambientalista Greenpeace de ser o responsável pelo crime ambiental.

De acordo com o ato da presidência da Câmara, o colegiado também vai “avaliar as medidas que estão sendo tomadas pelos órgãos competentes, apurar responsabilidades pelo vazamento e propor ações que mitiguem ou cessem os atuais danos e a ocorrência de novos acidentes”.

Funcionamento

A CPI será composta de 34 membros titulares e igual número de suplentes. O despacho de Rodrigo Maia para a criação da comissão ainda será lido em Plenário. Cumprida essa etapa, abre-se prazo para que líderes façam a indicação de nomes para integrar o colegiado.

As comissões parlamentares de inquérito são criadas a partir de requerimentos de pelo menos um terço dos integrantes da Câmara. As CPIs investigam fatos de interesse público e para a ordem constitucional, legal, econômica ou social do país. Essas comissões têm poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais.

O prazo para conclusão dos trabalhos é de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias, mediante deliberação do plenário. Os trabalhos não precisam ser interrompidos durante o recesso parlamentar.

Só podem funcionar simultaneamente, na Câmara, cinco CPIs criadas a partir de requerimento. Atualmente, não há nenhuma CPI em funcionamento na Casa.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 19/11/2019****Seção: Economia****Autor: Rodolfo Costa e Ingrid Soares****Título: Deficit cai, e governo desbloqueia orçamento**

As receitas extraordinárias obtidas pelo governo neste ano, como os bônus de assinatura arrecadados com os leilões de campos de petróleo, levarão as contas federais a terminarem o ano com deficit primário abaixo de R\$ 80 bilhões, ante previsão legal de R\$ 139 bilhões, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. A melhora nas contas possibilitou ao governo anunciar, ainda, o total descontingenciamento dos R\$ 14 bilhões que estavam bloqueados no Orçamento, como havia sido aventado na semana passada.

“Não foi um ano fácil, mas já estamos lançando raízes de bons resultados para 2020 também”, disse Guedes, no Palácio do Planalto. “Nosso governo queria reverter a trajetória de expansão descontrolada dos gastos públicos. Isso era uma questão de princípio”, afirmou. Somente o leilão das áreas da cessão onerosa, no último dia 6, proporcionou uma arrecadação de R\$ 69,9 bilhões. Desse total, R\$ 23,7 bilhões ficarão com a União — e R\$ 16,8 bilhões entrarão ainda este ano nos cofres do Tesouro.

O ministro informou que, na próxima semana, o governo enviará ao Congresso uma mensagem modificativa do Orçamento de 2020. O documento incorporará o efeito de medidas encaminhadas este ano, prevendo a revisão de despesas que abrirão espaço para o teto de gastos. Os números não foram informados. O deficit primário previsto para o próximo ano, entretanto, permanecerá inalterado em R\$ 124,1 bilhões.

A equipe econômica sustenta que não há incoerências com a redução do deficit este ano e a manutenção da projeção do rombo para o próximo. “Teremos uma série muito grande de concessões no próximo ano, muitas delas terão bônus de outorga, o que melhorará a execução do Orçamento”, destacou Guedes. “Ao manter o deficit previsto de R\$ 124 bi, não estamos considerando antecipação de dividendos, nem os leilões dos campos que não foram arrematados. Todos esses efeitos vão ajudar a reduzir a meta”, explicou o secretário executivo da Receita Federal, Waldery Rodrigues.

Com a liberação do Orçamento, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, destacou que os ministérios terão totais condições para concluir “tudo aquilo que estava programado”. O desbloqueio também abrirá espaço para o pagamento de R\$ 8 milhões em emendas não impositivas a deputados e

senadores.

- **Dólar sobe e bate recorde**

Refletindo o nervosismo do mercado financeiro, o dólar subiu 0,31% ontem e terminou o dia cotado a R\$ 4,206, maior valor nominal desde o Plano Real, em julho de 1994. O estrategista-chefe do Grupo Laatus, Jefferson Laatus, atribuiu a disparada a uma junção de fatores, a começar pela nova piora do clima nas negociações comerciais entre Estados Unidos e China. Há ainda pessimismo com a situação política da América Latina. Além disso, a saída de dólares da economia continua: neste ano, já foram US\$ 21,5 bilhões. A Bolsa de Valores de São Paulo operou quase todo o dia com ganhos, mas o Ibovespa, principal índice de lucratividade, acabou sucumbindo e terminou em queda de 0,27%, a 106.269 pontos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/11/2019

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Teto de gasto pode romper em 2021

Apesar da melhora momentânea do deficit nas contas públicas, o governo pode romper o teto de gastos em 2021 e, com isso, corre o risco de paralisar o funcionamento da máquina pública, segundo projeções da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal. Na estimativa anterior do órgão, o estouro do teto poderia ocorrer em 2022. A antecipação ocorrerá porque o corte de despesas discricionárias chegou próximo do limite, enquanto os gastos obrigatórios seguem em expansão. Além disso, o governo não poderá contar para sempre com receitas não recorrentes, como os bônus de assinatura dos leilões de petróleo que entraram em caixa este ano.

De acordo com os cálculos da IFI, o resultado primário só voltará a ser superavitário em 2026. Mas essa expectativa dependerá da continuidade de uma agenda de ajuste fiscal, com foco no controle do gasto obrigatório, explicou o diretor executivo da instituição, Felipe Salto. Ele observou que as despesas discricionárias, sobre as quais o governo tem liberdade de decidir, foram de R\$ 145 bilhões em 2014 e devem fechar 2019 em R\$ 121,7 bilhões.

“Para cumprir a meta de déficit primário fixada na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de R\$ 124,1 bilhões, essas despesas terão de ficar em R\$ 98 bilhões. Uma redução mais drástica pode representar a falência de alguns serviços públicos”, afirmou.

Se o teto de gastos for rompido em 2021, alguns gatilhos serão acionados no ano seguinte, como a suspensão de reajustes e de promoções de servidores públicos. Considerando a não realização de concursos e as aposentadorias do funcionalismo, os gastos com pessoal, que, em 2019, comprometem 4,4% do PIB podem cair para 2,3% até 2030. “Isso representaria um ajuste fiscal significativo”, argumentou Salto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/11/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Reforma em etapas

A proposta de reforma tributária será encaminhada ao Congresso em quatro fases, que devem se estender até meados de 2020, segundo o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto. Na primeira, ainda neste mês, será enviado um projeto de lei que unifica o PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para o Financiamento de Seguridade Social), incidentes sobre produtos e serviços. O tributo resultante da fusão terá alíquota de 11% ou 12% e será batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Torres Neto informou que a segunda fase está prevista para o início de 2020. A ideia é encaminhar a mudança no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que se tornaria um tributo seletivo aplicado a bens como cigarros, bebidas e veículos.

A terceira etapa, a ser enviada ao Congresso até o fim do primeiro trimestre, será focada no Imposto de Renda de pessoas físicas — incluindo o aumento da faixa de isenção e a criação de nova alíquota para os mais ricos — e jurídicas. A última fase, em meados do ano que vem, será destinada à desoneração da folha de salários das empresas. Segundo o secretário, a diretriz é de manter a carga tributária na faixa de 35% do Produto Interno Bruto (PIB).

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, criticou a proposta do governo pelo fato de não atacar o principal entrave tributário do país, que é a complexidade do ICMS.

MME / ASCOM .